

A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando as dificuldades da comunicação em língua portuguesa

Evidentiality in the Speech of Guineans Focusing on the Difficulties of Communication in Portuguese

Cláudia Ramos Carioca*

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Redenção - Ceará / Brasil

RESUMO: Este estudo objetiva explicitar as marcas evidenciais que particularizam o falar dos estudantes guineenses, quando questionados sobre as dificuldades que encontram ao se comunicar em língua portuguesa, mostrando em que medida se comprometem ou se descomprometem com aquilo que é dito como algo que revela o processo de oficialidade linguística por que tem passado seu país, o qual faz parte dos países africanos de língua oficial portuguesa (os PALOPs). A metodologia adotada explicita, inicialmente, o estatuto linguístico de Guiné-Bissau, tendo como foco a situação de oficialidade da língua portuguesa nesse país, para, em seguida, apresentar uma análise linguístico-discursiva das falas de vinte acadêmicos guineenses. Este trabalho faz um recorte do questionário ALIB utilizado na coleta e analisa uma das perguntas metalinguísticas que foram reformuladas para o contexto africano.

PALAVRAS-CHAVE: evidencialidade; língua portuguesa; política linguística; Guiné-Bissau.

ABSTRACT: This study points out the evidential markings in the speech of Guinean students when they are asked about the difficulties they encounter when communicating in Portuguese. It shows to what extent their commitment (or lack thereof) to something they have said may be thought to reveal the process of making a language official, which the country is currently going through, as part of the Portuguese-speaking African countries (PALOPs). The methodology initially explains the official-language laws of Guinea-Bissau, focusing on the

* claudiacarioca@unilab.edu.br

case of Portuguese as an official language in that country; it then presents a linguistic/discursive analysis of the speech of twenty Guinean academics. This paper is an excerpt of the ALIB questionnaire and analyzes the metalinguistic questions that were reformulated to the African context.

KEYWORDS: evidentiality; Portuguese; language policy; Guinea-Bissau.

1. Introdução

Na linha de pesquisa sobre políticas linguísticas, o presente estudo objetiva explicitar as marcas evidenciais que particularizam o falar dos estudantes guineenses quando questionados sobre as dificuldades que encontram ao se comunicar em língua portuguesa, mostrando em que medida se comprometem ou se descomprometem com aquilo que é dito, como algo que revela o processo de oficialidade linguística por que tem passado seu país – um dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs). Objetiva também empreender um levantamento que permita planejar uma pesquisa mais aprofundada da situação do português africano, no sentido de flagrar as diferenças em relação à língua falada no Brasil.

A abordagem teórica está fundamentada nas pesquisas de Calvet (2007), Orlandi (2007), Cahen (2010) e Neves (2012), entre outros, que nos fazem refletir sobre o estatuto da língua portuguesa na comunidade lusófona; também as pesquisas de Couto (1990), Cabral (1990), Intumbo (2004, 2008), Candé (2008), Embaló (2008), Couto e Embaló (2010), dentre outros, que nos possibilitam delinear os contornos linguísticos da República da Guiné-Bissau; além de Nuyts (1993), Bybee & Fleischmann (1995), Neves (2006) e Carioca (2011), que nos apresentam a evidencialidade como uma categoria linguística que permite, estrategicamente, a manipulação de informações quanto à explicitação da fonte do conhecimento informado e ao grau de comprometimento do sujeito-enunciador com tais informações.

A metodologia adotada consistiu de duas etapas: a primeira diz respeito ao levantamento bibliográfico acerca do estatuto linguístico de Guiné-Bissau, tendo como foco a situação de oficialidade da língua portuguesa neste país; a segunda apresenta uma análise linguístico-discursiva da fala de vinte estudantes guineenses, constituídas a partir do *corpus* do projeto Variação e Processamento da Fala e do Discurso: análises e aplicações (PROFALA),¹ que utiliza o questionário do Atlas Linguístico Brasileiro (ALIB) para a

¹ Vide www.profala.ufc.br.

realização de entrevistas com africanos de países de língua oficial portuguesa e do Timor-Leste.

Na constituição do banco de dados, o PROFALA organizou a coleta de dados de acordo com as seguintes variáveis: país de origem, sexo e tempo de permanência no Brasil. O questionário é constituído por questões que focalizam aspectos fonético-fonológicos, semântico-lexicais, morfossintáticos, pragmáticos e metalinguísticos. Este trabalho faz um recorte do questionário e analisa apenas uma das dez perguntas metalinguísticas que foram reformuladas para o contexto com os informantes pesquisados, a que questiona as dificuldades de comunicação em língua portuguesa, tendo em vista que é uma pergunta que possibilita a verbalização da evidencialidade pela explicitação do nível de (des)comprometimento com o que é dito pelos guineenses acerca de seu próprio contexto linguístico.

2. O Estatuto da língua portuguesa na comunidade lusófona

Uma problemática que circunscreve o uso da língua portuguesa é a dificuldade de intercompreensão no processo comunicativo dentro da comunidade lusófona. O fato é que o estatuto da língua portuguesa em cada país ou região que faz parte da sociedade lusófona é diferenciado por conta das políticas linguísticas de difusão do português.

Ao apresentar seu conceito de política linguística, Calvet (2007, p.11) primeiro define a linguística como o estudo das comunidades humanas através da língua, argumentando que “são as línguas que existem para servir aos homens e não os homens para servir às línguas”,² e afirma que não há nenhuma novidade na intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas. Entretanto, explicita o que é recente: “a relação entre a política linguística (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o planejamento linguístico (sua implementação)”.

Outro conceito importante para este estudo é o de diglossia apresentado por Calvet (2007, p.38-40) a partir das pesquisas de Fishman (1967), considerando que “há diglossia cada vez que se manifesta uma repartição funcional de usos entre duas línguas ou entre duas formas de uma mesma língua”, mas que, com base no trabalho de Ferguson (1991), também há uma classificação entre os usos dessas línguas ou formas.

² Palavras do prefácio escrito por Gilvan Muller de Oliveira (p.9).

Assim, pode-se considerar que o português europeu e o português brasileiro são duas formas da mesma língua portuguesa e que são constituintes da comunidade lusófona.

Vale ressaltar que o conceito de lusofonia é alvo de inúmeras discussões quanto ao seu status de “instrumento nas mãos do colonizador”, como o apresentado por Orlandi (2007, p.18), quando define que a lusofonia:

Seria o sintoma de uma história de dominação que encontrou suas resistências e que hoje se apresenta em um quadro absolutamente diferente do que se deu no período colonial. A noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização. [...] Não há uma unidade que se possa chamar de lusofonia. Ela pode ser o pretexto para nos compreendermos em nossas especificidades.

Ou ainda o conceito discutido por Cahen (2010, p.1):

A “identidade superficial” que é a lusofonia é típica de situações fluidas que alguns qualificam de pós-modernas. Existe de fato, mas de modo relativo e contextual, atravessado pela persistência da história (Carvalho, 2004) dos espaços heterogêneos nos quais ela perdura. Não poderia ser “reificada” em uma comunidade humana unificada.

Os dois conceitos explicitam uma relação antagônica histórica entre dominador e dominado que não é relevante para este artigo. Assim, o conceito de lusofonia considerado aqui está diretamente relacionado ao uso efetivo da língua portuguesa como instrumento de comunicação entre indivíduos (seja ela língua materna, língua segunda, língua estrangeira, língua adicional, língua de herança etc.), em qualquer lugar do mundo (seja nos lugares que têm o português como língua oficial ou em comunidades específicas que o usam para comunicação interna).

O estatuto da língua portuguesa em cada um desses espaços vem crescendo em consonância com a projeção que esses lugares adquirem no cenário internacional. Uma estratégia para sistematizar esse estatuto foi o *Acordo Ortográfico* promovido pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2009, sobre o qual Neves (2012, p.266) expressa:

[...] Fica claro que o *Acordo* faz sentido e tem significado. Invoque-se a existência de um momento histórico de “ampliação do universo de língua

oficial portuguesa para um bloco de novas nações independentes, cujo destino no concerto das nações está por definir-se, mas que representam um contingente a pesar na avaliação da lusofonia” (Neves, 2009a). Também chama a atenção o significado que essa fixação otográfica explicitamente nomeada “Acordo” terá, no sentido da garantia que dá de que documentos e registros possam ser oficialmente catalogados, na comunidade internacional, como material escrito “em língua portuguesa”, sem catalogação adicional referente a nenhuma nação particular cuja lei balize os registros gráficos adotados.

Outra consideração relevante acerca desse estatuto é o fato de que a língua portuguesa não é “única”, assim como chama a atenção o argumento de que, “no Brasil, onde a ideologia da ‘língua única’, desde tempos coloniais, tem camuflado a realidade plurilíngue do país, parecia haver pouco lugar para as questões empíricas e teóricas levantadas pelos estudiosos das políticas linguísticas” (OLIVEIRA, 2007, p.7), demonstrando a coexistência do português com outras línguas e/ou variantes.

Acerca disso é interessante o comentário feito por Mateus (2009, p.5):

A presença do português nos países multilíngues tem funções de extrema importância sociocultural, e não se restringe à capacidade de os falantes de línguas nacionais comunicarem com os países estrangeiros. Na realidade, a língua portuguesa é seguramente, nesses cenários, um enriquecimento dos falantes por ficarem a conhecer uma língua além da sua própria. Além disso, o português pode instituir-se como uma ponte entre culturas e línguas, estatuto que só se consegue se os países que partilham a mesma língua, quer como materna quer como veicular, trabalharem em conjunto.

Em vista disso, o estatuto da língua portuguesa na comunidade lusófona deve ser viabilizado considerando os mesmos aspectos já descritos no *Requerimento dos Linguistas ao Senado da República* brasileira, propondo-se que:

[...] Essa nova política deverá, entre outros aspectos:

- Reconhecer o caráter multilíngue do País e, ao mesmo tempo, a grande e rica diversidade da língua portuguesa que aqui se fala e se escreve;
- Promover um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos

que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social entre nós; [...] (SOARES; PAIVA; INDURSKY, 2001, p.187).

Com base no que foi exposto até aqui, fica claro que se devem considerar as particularidades pertinentes a cada país ou comunidade no contexto lusófono, tendo em vista que tais particularidades refletirão no estatuto do português e nas políticas de difusão dessa língua em cada lugar.

3. O Quadro Sociolinguístico da Guiné-Bissau

A partir dos estudos de Couto (1990), Cabral (1990), Intumbo (2004, 2008), Candé (2008), Embaló (2008), Couto e Embaló (2010) são delineados os contornos linguísticos da República da Guiné-Bissau, um país da costa ocidental da África, que adotou o português como a sua língua oficial.

Estando bem próxima de comemorar apenas quarenta anos de uma independência bem conflituosa, Guiné-Bissau vivencia uma divisão linguística bem característica de sua composição étnica: cerca de 30 línguas e dialetos de diversos povos africanos que convivem num território um pouco menor que o estado do Rio de Janeiro. Sobre isso, há o esclarecimento de que:

As migrações internas por razões económicas e em consequência da colonização bem como a geografia do país também contribuíram para a parcelação étnico-linguística do país. Em média, por cada 40/50 km de estrada, atravessamos um rio e entramos num território linguístico ou dialectal diferente (INTUMBO, 2008, p.1).

Hoje, em Guiné-Bissau, a situação linguística projeta-se numa dupla intersecção diglósica, ou diglossias sobrepostas, quando se relaciona o crioulo guineense (*kriol*) e as línguas africanas do país (provenientes da família das línguas nígero-congolesas) ou o português e o crioulo referido, como na figura 1 abaixo:

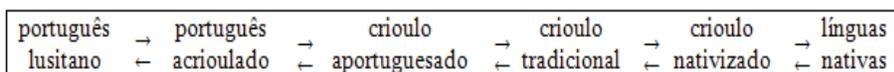


FIGURA 1: Relação interlinguística na Guiné-Bissau.

Fonte: COUTO; EMBALÓ, 2010, p.31.

Tal situação advém de um contexto sócio-histórico de colonização no século XIX, no qual Portugal não se fixou na região guineense e, por isso, a língua portuguesa não conseguiu sua implementação no país. Aliado a isso, havia a necessidade de comunicação com os aborígenes, o que provocou a mistura entre as línguas (as línguas africanas com o português) e o surgimento de um crioulo de base lexical portuguesa: o crioulo da Guiné-Bissau. Quando Portugal resolveu sua fixação no território da costa guineense somente no século seguinte, já se havia instalado e evoluído o processo linguístico de criouliização.

Outro fator que colaborou para a expansão do crioulo foi a disputa pela independência do país no período de 1963 a 1974, pois considerava-se a língua portuguesa como a língua do inimigo-colonizador, ao mesmo tempo em que o uso concomitante de várias línguas nativas não dava conta de um relacionamento comunicativo que envolvesse a nação em sua totalidade. Assim, o crioulo passa a ter esse papel intercessor, nem é a língua do invasor nem a língua de apenas uma etnia.

O prestígio linguístico de cada uma dessas línguas (português, crioulo, línguas africanas) se dá na proporção em que são adquiridas e assimiladas, fazendo parte da competência textual do indivíduo como língua veicular, língua materna ou segunda língua.

O domínio social das línguas africanas acontece por meio do nascimento dos guineenses em comunidades rurais ou em famílias que as utilizam como meio de comunicação, servindo como instrumento mediador entre as relações sociais vigentes (com familiares, com vizinhos, com amigos, nas cerimônias – casamentos, funerais, festas folclóricas –, na religião etc.), “através das quais se transmitem os conhecimentos ancestrais, as tradições e a identidade comunitária” (EMBALÓ, 2008, p.102).

Já o domínio social do crioulo, como referido anteriormente, acontece pelo seu status de conduzir a unidade linguística nacional, sendo considerada a verdadeira língua franca do país. Nas comunidades urbanas, quando o indivíduo não o tem como língua materna, é adquirido muito cedo, o que ocorre muitas vezes concomitantemente com uma língua nativa. Seu uso no comércio, nos serviços públicos, na literatura informal, nas composições musicais, no Parlamento, no discurso político, na televisão, no rádio etc. colabora para a continuidade desse *status*.

No caso do domínio social da língua portuguesa, que vem desde a dominação colonial, visto que era a língua usada na escola, nas instituições

administrativas e na imprensa, observa-se que seu uso promove uma estratificação social, por isso Intumbo afirma que é

tida como a língua das elites e associada ao prestígio, a pessoas com um certo grau de escolaridade ou que vivem/viveram no exterior, principalmente em Portugal, ou ainda àquelas que convivem/conviveram de perto com os portugueses (INTUMBO, 2008, p.4).

O fato é que, apesar de não falarem o português, os guineenses falantes do crioulo conseguem compreender e até mesmo podem se comunicar com os portugueses e com os guineenses que têm o português como língua materna. O estudo feito por Djaló (1987) apresentou um percentual de uso das línguas mais faladas pela sociedade guineense, considerando-se que todos os grupos étnicos possuem a sua própria realidade linguística. A estatística mostrou que:

Entre as línguas mais faladas destacam-se o crioulo (44%), balanta (25%), fula (20%), português (11%), mandinga (10%), manjaca (8%). Estima-se que cerca de 30% da população seja bilíngue e 12% trilingue. De entre os bilíngues, 26% falam o crioulo mais uma outra LN. O número da população bilíngue do crioulo-português é de 2% e só 1,9% da população fala duas LN fora do crioulo e do português. De entre os monolíngues, cerca de 17% são falantes do fula, 15% do balanta, 7% do mandinga, 5% do manjaco, 4% do crioulo e 0,3% do português. O total dos monolíngues, excluindo os do crioulo, é 44%, percentagem igual à da população falante do crioulo (DJALÓ, 1987, p.106-107).

Fica claro, então, que a República da Guiné-Bissau é um país multilíngue, mas com níveis de uso bastante diversificados, tendo em vista que as línguas nativas não dispõem de uma codificação, permanecendo em sua modalidade oral. O mesmo ocorre com o crioulo guineense: “apesar da sua expansão e do seu papel na comunicação oral, o crioulo ainda não tem uma grafia normativa, existindo apenas algumas propostas apresentadas” (CANDÉ, 2008, p.18).

O progresso de uma nação tem uma associação estreita com a forma como o país se relaciona com outros países e como veicula seu próprio conhecimento através da escrita. Assim sendo, na Guiné-Bissau fez-se o aproveitamento da herança linguística escrita deixada pelos portugueses, tornando oficial a língua que já tem um intenso aspecto de planificação quando envolve a comunicação internacional, já que é falada por quase 273

milhões de pessoas. Por isso, Amílcar Cabral, mentor da independência de Guiné-Bissau, afirmou que “o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é mais nada, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo” (CABRAL, 1990, p.59).

Dos cinco países que constituem os PALOPs, é na Guiné-Bissau que o português tem maior dificuldade de desenvolvimento, devido às circunstâncias atuais, que não favorecem o apoio ao ensino dessa língua, e à existência de projetos para o ensino formal do crioulo nas escolas, como também à manutenção das línguas nativas que se encontram fortemente arraigadas nas comunidades de maior estabilidade das etnias. Entretanto, contrariando tudo isso, é a língua portuguesa a língua oficial da república guineense, assumindo o estatuto de língua veiculadora da administração, da justiça, da legislação, da comunicação com outros países e da educação.

4. A Evidencialidade

A evidencialidade é uma categoria linguística que chama a atenção pelo fato de ser considerada como meio de revelação da fonte de um conteúdo proposicional, marcando também o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição (BYBEE e FLEISCHMANN, 1995, p.4).

As marcas evidenciais servem como estratégias discursivas na construção textual para um maior ou menor comprometimento com a proposição que se quer considerar; portanto, promovem a indicação da fonte do saber expresso pelo falante, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores (DALL'AGLIO-HATTNER, 2001, p.118). Desse modo, descrever essas marcas envolve uma relação direta do grau de envolvimento do falante com o que está querendo dizer, fornecendo ao ouvinte subsídios que o farão interpretar corretamente a mensagem proposta como sendo de uma fonte ou não, responsabilizando essa fonte pelo que foi dito.

Já numa relação direta do grau de comprometimento com a responsabilidade que o falante pode ter com a proposição que emite, Thompson (1996, p.37) afirma que é possível determinar alguns valores ou escalas indicativas para este grau (alto, médio e baixo), tomando por base o estabelecido por Halliday (1994) para os operadores modais, conforme o grau de proximidade, de probabilidade ou de certeza conferido à declaração.

Os valores instituídos são, segundo Thompson (1996), importantes para a análise modal porque, diversas vezes, alguns itens linguísticos ou até os mesmos itens linguísticos podem estar implicando, na proposição, diferenciados graus de comprometimento.

Entretanto, essa estudiosa observa que as denominações *alto*, *médio* e *baixo* não são consideradas como categorias absolutas e representam uma área cuja utilidade pode ser relevante na investigação do comprometimento do falante com a asserção emitida, trazendo, como consequência, uma importante contribuição para a análise de textos em diversas áreas.

Inúmeras pesquisas envolvendo vários tipos discursivos já têm explicitado diversas marcas evidenciais (verbais, substantivas, adjetivas, posicionais, adverbiais, pronominais etc.) no português brasileiro em relação ao nível de engajamento do que está sendo dito pelo falante/ produtor textual (VENDRAME, 2010; CARIOCA, 2011; LUCENA, 2013; entre outros), ficando sinalizado que em ambientes mais formais, como é o caso da entrevista, as pessoas tendem a não se comprometer tanto com as proposições que veiculam.

5. A Evidencialidade na fala dos guineenses: as dificuldades de comunicação em língua portuguesa

Na amostra analisada, com foco nas marcas verbais e pronominais, percebemos como os estudantes guineenses estão assimilando o português brasileiro em detrimento da variante do português que vem sendo verbalizada em seu país, para poderem adequar-se ao processo de intercompreensão e diminuir as dificuldades que encontram durante a comunicação com os brasileiros.

Um informante guineense, com menos de seis meses no Brasil, possui um engajamento maior com o que está dizendo, pois usa muito o pronome de primeira pessoa e verbos que têm relação direta com essa flexão quando o pronome encontra-se elipsado, conforme se observa no exemplo 1 a seguir:

(1) Inf.17: e:: Guiné-Bissau imita o português de Portugal (+) e:: pois **eu** aqui até agora **tenho** dificuldade aqui na faculdade (+) tem certos professores que **eu entendo** bem a explicação deles e alguns não **entendo** (+) alguma coisa não **entendo** (+) **eu falo** o português de Portugal (+) mas agora **estou** a imitar porque quando **eu tenho** uma dúvida e qualquer dúvida para o professor as vezes ele não entende o que **estou** falando **eu tenho** que imitar o português do Brasil (+)

Já um informante com mais de seis meses no Brasil, usa em sua fala elementos que particularizam o português brasileiro e que demonstram um nível intermediário de comprometimento com o que está sendo dito, tendo em vista que vários estudos vêm mostrando que há uma tendência no português brasileiro de manifestar o sujeito por meio de formas livres (LIRA, 1982; PAREDES SILVA, 1988; DUARTE, 1993, 1995, 2003). A razão para essa tendência parecem ser as mudanças no paradigma flexional do português: os pronomes de segunda pessoa do singular (tu) e do plural (vós) não são mais usados, sendo substituídos pelos pronomes “você” e “vocês”, e a primeira pessoa do plural (nós) está gradualmente perdendo espaço para a expressão “a gente” (VENDRAME, 2010, p.89). É o que demonstra o exemplo 2:

(2) Inf.12: **eu sinto** que **eu tenho** bas e:: dificuldade muito mesmo (+) mas ma é nessa situação (+++) de falar a língua fluente **a gente** não tem tanto domínio sobre a língua (+) e **a gente** às vezes (++) tem que pesar no que tá falando mais ou menos (+) (incompreensível) para não esta questão de colocar a maneira do verbo no tempo e no espaço (+) é assim pessoa mesmo também (+) e aí vem um pouco dificultando a **noessa:: a noessa::** comunicação (+)

O quadro 1, abaixo, apresenta a quantidade de ocorrências dos itens pronominais:

QUADRO 1

Quantificação das ocorrências dos itens pronominais na amostra.

MARCA EVIDENCIAL PRONOMINAL		
ITEM PRONOMINAL	- 6 MESES	+ 6 MESES
Eu	24 ocorrências	12 ocorrências
Nós	4 ocorrências	-
Você	-	9 ocorrências
Mim	-	2 ocorrências
Minha	4 ocorrências	1 ocorrência
Nossa	-	2 ocorrências
a pessoa	-	1 ocorrência
a gente	1 ocorrência	8 ocorrências

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados mostram que, com menos de seis meses no Brasil, o informante guineense particulariza muito mais aquilo que é dito por ele e está mais próximo do português lusitano, enquanto que, com mais de seis meses, à medida que entra em contato com os brasileiros, sua fala apresenta

um nível de compartilhamento das dificuldades entre os guineenses que diminui a responsabilidade com as afirmações veiculadas, o que pode ser uma característica do português brasileiro.

Quando falam de suas dificuldades no processo comunicativo, os guineenses utilizam diferentes graus de comprometimento:

a) Alto comprometimento: o uso evidencial que caracteriza um alto comprometimento implica uma atitude de apropriação da informação, isto é, a informação adquirida agora é repassada como sendo do próprio falante/ produtor textual. O efeito de sentido revelado assegura uma interpretação do leitor de que aquilo que foi dito foi totalmente assumido e creditado como verdade por aquele que disse, como se observa nos exemplos 3 a 5.

(3) Inf.46: situação” ah:: **eu não gosto (+) eu não tenho** quem que **eu falo** português com ele (+) em tese a **minha** tese é por isso que **eu tenho** esse dificuldade.

(4) Inf.50: ah **tenho tenho (+) tenho** dificuldade (+) principalmente o português brasileiro (+) às vezes não **compreendo** nada nada (+) se **eu não presto** aí atenção para compreender...

(5) Inf.53: SIM (+) **eu falo** com quem fala português do Brasil (+) **tento** falar no máximo (+) que é pra MUDAR (+) porque **eu já tô** muito (+) o português de Portugal já tá MUITO inserido na **minha** mente (+) agora só **eu penso** em português mas DE PORTUGAL (+) agora **vou** tentar pensar no português de Brasil (+) porque senão não vai dar nas aulas ((risos))

b) Médio comprometimento: o nível evidencial que caracteriza um médio comprometimento estabelece uma relação de atenuação da responsabilidade com a informação repassada, ou seja, o falante não se compromete diretamente com a informação que está veiculando, utilizando, por vezes, fatos inferidos por meio de reflexões. Observem-se as ocorrências (exemplos 6 a 9) abaixo.

(6) Inf.43: (incompreensível) em CASA já é crioulo (+) nas ruas é crioulo (+) é por isso que muita gente não preocupa tanto com a (língua) crioulo (+) esse é o (incompreensível) do país (+) já noutro país já começa de novo a estudar de novo para perceber todo (incompreensível) (+) é isso que **nós** estamos a fazer (aqui).

(7) Inf.23: tipo' assim quando **a gente** estava indo pra almoçar ou jantar (+) se **você** chegar e perguntar quem é o último da bicha e todo mundo corria porque bicha aqui é palavrão.

(8) Inf.12: (++) porque na escrita **a gente** senta **a gente** reflete sobre o que **a gente** vai fazer (+) **a gente** e::screve sempre pensando numa (+) aí **acho** que é mais fácil mesmo.

(9) Inf. 109: pior de tudo **a gente** não tem assim né porque é em crioulo certo'.

c) Baixo comprometimento: o nível evidencial que caracteriza um baixo comprometimento é aquele que denota um grau menor de adesão à tese defendida por terceiros, isto é, promove uma aparente neutralidade com o que está sendo dito/escrito. Como é o caso do exemplo 10 seguinte:

(10) Inf.14: é:: é difícil **a pessoa** não tiver dificuldade (+) porque é a língua que **você** não fala né' (+) começa a aprender com uma certa idade (+) e na escola nem sempre (+) **você** só fala dentro da sala de aula (+) ao sair na no momento começa a comunicar em crioulo com: os amigos (+) então é difícil até o próprio professor em certos casos pra tirar dúvida tem que falar crioulo (+) então não é frequentemente **você** ouvir se **você** QUISER depende do esforço que **você** tem que emPENHAR ou então uma pessoa que participa nas repartições assim.

Fica claro que o uso do português pelos guineenses que estão residindo no Brasil sofre interferência através do processo comunicativo estabelecido com vista a uma intercompreensão eficiente, o que, via de regra, ocorre pela assimilação das particularidades linguísticas da fala.

6. Considerações Finais

Neste breve estudo, explicitou-se a ocorrência da mudança pronominal de uso entre o português guineense e o português brasileiro. Como resultado, percebe-se que o processo de assimilação das unidades linguísticas que particularizam o português brasileiro está se consolidando entre os guineenses residentes no Brasil com mais de seis meses. Outro resultado percebido é que o nível evidencial (\pm comprometimento) observado na amostra explícita que os estudantes de Guiné-Bissau, com tempo de permanência no Brasil de

menos de seis meses, consolidam na veiculação de suas informações um efeito de sentido de alto comprometimento com o que é dito, enquanto aqueles que já estão residindo em território brasileiro há mais de seis meses revelam, em suas falas, um efeito de sentido que projeta um envolvimento amenizado do falante/ produtor textual com a informação produzida, já que a veicula como se o comentário não fosse dele, utilizando marcas evidenciais que promovem um abrandamento da responsabilidade com o que está sendo dito.

No campo da política linguística, isso é muito promissor para a comunidade brasileira, pois, apesar da consolidação do acordo ortográfico entre os países de língua oficial portuguesa, que promovem uma escrita homogênea e fortalecedora nos registros oficiais,³ a fala ainda é muito diversa entre as nações lusófonas,⁴ e esse contato linguístico em território brasileiro levará nosso “modo português de falar” aos países que foram colonizados por Portugal através dos africanos e dos timorenses que aqui vieram estudar.

Referências

- BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Ed.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- CABRAL, A. A questão da língua. *Papia*, Brasília, v.1, n.1, 1990. Disponível em: <<http://abecs.dominiotemporario.com/ojs/index.php/papia/article/view/188/300>>. Acesso em: 11 jun. 2013. (Publicado postumamente).
- CAHEN, M. Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas. *Plural Pluriel – revue des cultures de langue portugaise*, n.7, out.-inv., 2010. Disponível em: <<http://www.pluralpluriel.org>>. Acesso em: 11. jun. 2013.
- CALVET, J. L. *Políticas Linguísticas*. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.
- CANDÉ, F. *A Língua portuguesa na formação de professores do ensino básico da região de Bafatá, na Guiné-Bissau*. 2008. 112f. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=118&Itemid=69>. Acesso em 11 jun. 2013.

³ Conforme citado anteriormente (NEVES, 2012, p.266).

⁴ O *corpus* dos estudantes e dos professores dos PALOPs e do Timor-Leste do PROFALA mostra claramente essa diversidade linguística na fala lusófona.

- CARIOCA, C. R. *A Evidencialidade nos textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo*. Fortaleza: EDUFC, 2011.
- COUTO, H. H. do. Nota editorial. *Papia*, Brasília, v. 1, n. 1, 1990. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1910/1723>>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- COUTO, H. H. do; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Papia*, Brasília, v.20, 2010. Disponível em: <<http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewFile/341/362>>. Acesso em: 11 jun. 2013.
- DALL'AGLIO HATTNER, M. M. *et al.* Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara; São Paulo: FCL/UNESP; Cultura Acadêmica, 2001. (Série Trilhas Linguísticas, 1).
- DJALÓ, I. Contribuição para uma reflexão: educação, multilinguismo e unidade nacional. *Soronda*, Bissau, n.3, 1987. Disponível em: <<http://www.inep-bissau.org/LinkClick.aspx?fileticket=d%2bi3VCKkET8%3d&tabid=61&mid=393>> . Acesso em: 11 jun. 2013.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1995.
- DUARTE, M. E. L. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- EMBALÓ, F. O Crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional. *Papia*, São Paulo, v.18, p.101-107, 2008. Disponível em: <http://abecs.dominiotemporario.com/ojs/index.php/papia/article/view/62/56> . Acesso em: 11 jun. 2013.
- FISHMAN, J. A. Bilingualism With and Without Diglossia. *Journal of Social Issues*, v.23, n.2, p.29-38, abril 1967.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.
- INTUMBO, I. Situação sociolinguística da Guiné-Bissau, 2008. Disponível em: <http://www.didinho.org/SIT_LING_GB_Incanha.pdf> . Acesso em: 11 jun. 2013.

- INTUMBO, I. Papiamentu, Guiné-Bissau Creole Portuguese, and its substrate, Balanta: a comparison of the noun phrase. In: CONGRESSO CRIoulos DE BASE LEXICAL PORTUGUESA E ESPANHOLA, 2004, Curaçao. *Anais...* Antilhas Holandesas, 2004.
- LIRA, S. de A. *Nominal, pronominal and zero subjects in Brazilian Portuguese*. University of Pennsylvania, Ph.D. dissertation, 1982. Disponível em: <http://repository.upenn.edu/dissertations/AAI8227290/>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- LUCENA, I. L. *A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto dos gêneros textuais*. 2013. 200f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- MATEUS, M. H. M. Uma política de língua para o Português. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 25., 2009, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em: http://www.iltec.pt/pdf/politica_lingua.pdf. Acesso em: 27 out. 2014.
- NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEVES, M. H. de M. *A Gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, v. 31, 1993.
- OLIVEIRA, G. M. de. Prefácio. In: CALVET, J. L. *Políticas Linguísticas*. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.
- ORLANDI, E. Processo de descolonização linguística e “lusofonia”. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n.19, 2007.
- PAREDES SILVA, V. L. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. 1988. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- SOARES, Maria Elias; PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira; INDURSKY, Freda. Requerimento dos linguistas ao Senado da República. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- THOMPSON, G. *Introduction Functional Grammar*. Londres: Arnold Publishers, 1996.

VENDRAME, V. *Os Verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. 2010. 173f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

Data de submissão: 02/06/2014. Data de aprovação: 26/08/2014.

